



ATA DE REUNIÃO Nº 02

Pautas:

1. Definição do calendário anual e horário das reuniões ordinárias;
2. Informe sobre a posse dos conselheiros e eleição da presidência/vice-presidência;
3. Cestas básicas e atualização cadastral (CadÚnico);
4. Planejamento para o Abril Indígena e apoio a eventos culturais;
5. Atualização do Decreto e Regimento Interno do COMPISP;
6. Programa Operação Trabalho (POT).

Participantes Governo: Grecia Griselda Delgado Kama (Titular/ SMDHC); Ligia Maria Aguerro da Silva Salomão (Suplente/ SMDHC); Wilma Haruko Tanaka (Suplente/ SMADS); Catherine Russo Muñoz Espinoza Degan (Titular/ SMS); Vitória Santos Coelho Carvalho (Suplente/ SVMA); Maria Joseane Santana Sobral Santos (Coordenadora - COPIND/SMDHC); Josiane de Paula Luis dos Santos (Assessora - COPIND/SMDHC); Simone Roza Bernardo de Souza (Assessora - COPIND/SMDHC); Marco Tulio Alves Costa (Estagiário - DPS/SMDHC); Luiza Aparecida Araujo (Assessora - CPDDH/SMDHC); Matheus Fernando da Silva Rocha Leal (Estagiário - CPDDH/SMDHC); Guilherme Brito (Assessor - SMC); Fernanda Mota (Assessora - SMDDET); Roberto Carlos (Assessor - SVMA).

Participantes Sociedade Civil: Araju Apolinário Martim (Titular/ Etnia Guarani); Henrique Gabriel Mirin Fernandes Santana (Suplente/ Etnia Guarani); Marcio Hoenã Candido (Titular/ Etnia Terena); Kilvane de Souza Santos (Titular/ Etnia Pankararu); Éllida Nascimento da Silva (Titular/ Etnia Pankararé).

Convidados e Ouvintes:

Akayse Florentino Almeida (Funi-ô), Cacique Alex Kaimbé, Tania Kaimbé, Daiana Kuri, Lucineide (Pankararu), Luiza Maria (Pankararu), Rodrigo (Pankararu), Taís (Pankararu), Adeilson (Pankararu), Estevan (Pankararu), Henrique (Pankararu), Carmiorlanda da Silva, Elda Julia Pereira, Fabio Faith, Marina Silva, Tania Alessandra, Thais Maria Santos e Juan Cusicanki Aymara.

A reunião foi iniciada às 13h20 pela Sra. Maria Joseane (Coordenadora da COPIND), que deu as boas-vindas, manifestou satisfação com o quórum expressivo e esclareceu que, por falta de quórum, a reunião ordinária de janeiro foi apenas para informes. Ato contínuo, destacou-se a obrigatoriedade de os conselheiros eleitos e nomeados em Diário Oficial comparecerem presencialmente à SMDHC para a assinatura do termo de posse, requisito legal essencial para concorrerem à presidência e vice-presidência na eleição interna.

Passando à primeira pauta, a conselheira Éllida Nascimento (Pankararé), apresentou a proposta da sociedade civil para o calendário anual. Sugeriu que as reuniões ocorressem, a partir das 14h, nas seguintes datas: 31/03, 28/04, 26/05, 30/06, 28/07, 26/08, 29/09, 27/10 e 24/11. A proposta foi colocada em apreciação. A conselheira Catherine Degan (SMS) manifestou concordância, fazendo constar a ressalva de que, devido à sua escala de trabalho na saúde, poderá necessitar retirar-se antes do término de algumas sessões. Sem mais objeções, o calendário foi aprovado por todos.

Em seguida, a conselheira Éllida Nascimento (Pankararé), relatou uma deliberação interna da sociedade civil sobre a vice-presidência e introduziu a pauta das cestas básicas. Cobrou a adequação dos itens das cestas e o atendimento emergencial de mais de 50 pessoas em extrema vulnerabilidade, incluindo pacientes oncológicos, mapeadas pela conselheira Kilvane (Pankararú). Questionou a necessidade de um novo recadastramento e solicitou a senha do e-mail do COMPISP para formalizar ofícios.

A coordenadora Maria Joseane esclareceu que as senhas do e-mail institucional só serão repassadas à mesa diretora após a eleição formal do presidente e vice-presidente.

A conselheira Kilvane (Pankararu), tomou a palavra para expressar o profundo desgaste e a indignação das comunidades, relatando que as famílias aguardam os alimentos há mais de um ano, após terem preenchido formulários anteriores, e que agora recusam-se a passar por um novo processo de recadastramento. A conselheira Éllida (Pankararé), corroborou a fala e sugeriu oficializar a pasta para garantir atendimento provisório, informando também que, antes de se retirar da reunião por motivos profissionais, deixaria uma minuta elaborada em conjunto pelos conselheiros da sociedade civil com propostas para o "Abril Indígena".

Retomando a palavra, a coordenadora Maria Joseane agradeceu a contribuição da conselheira Éllida (Pankararé), e prestou esclarecimentos detalhados sobre o fornecimento das cestas. Explicou que o procedimento atual não consiste em um "recadastramento" que exija o preenchimento de todos os dados novamente, mas sim em uma atualização cadastral atrelada ao CadÚnico. Esclareceu que a Secretaria realizará um levantamento a partir dos dados internos já coletados no ano anterior — cujo sigilo é resguardado pelas equipes técnica e de TI — para identificar quais indígenas já possuem o CadÚnico e quais ainda precisam ser incluídos. Justificou que, por se tratar de uma política pública que envolve investimento financeiro, a Secretaria necessita estabelecer modos de aferição rigorosos para comprovar a destinação dos alimentos e garantir a prestação de contas. Além disso, pontuou que será necessário envolver a SMADS e os CRAS nesse processo, ressaltando que a inclusão no CadÚnico

abrirá portas para que a população acesse outros benefícios sociais no futuro. Por fim, reafirmou o compromisso de trabalhar junto ao COMPISP, desburocratizando o atendimento dentro dos limites da legislação, para garantir que as cestas cheguem a quem precisa.

Juan (Aymara), que questionou como o poder público apoiaria os eventos culturais de abril e agosto. A coordenadora Maria Joseane esclareceu que o Conselho é consultivo e não tem dotação orçamentária própria. Orientou, por isso, as lideranças a elaborarem projetos estruturados, currículos e briefings para que a COPIND possa atuar como ponte, articulando possíveis apoios e financiamentos junto a outras secretarias, nomeadamente a Secretaria de Cultura (SMC) e a SMDDET.

Akayse (Fulni-ô) destacou o obstáculo do CadÚnico, informando que muitos anciões não possuem documentação civil (RG, CPF, Certidão de Nascimento), solicitando uma política municipal que independa do sistema federal. Informou também que poderia oferecer a senha do email de COMPISP aos interessados e comunicou que foi enviado a este email um convite para uma reunião do COMUSAN sobre a temática, a realizar-se no dia 26 de fevereiro, às 9h.

A liderança Cacique Alex (Kaimbé) solicitou a palavra para sublinhar a necessidade de consciencializar os parentes de que o cadastramento não se limita à política de alimentação, mas é a porta de entrada para outras políticas públicas fundamentais. Por fim, aproveitou a ocasião para reivindicar de forma contundente a alteração do regimento interno do Conselho, exigindo que outras etnias passem a ter representatividade deliberativa no COMPISP, garantindo o direito a uma cadeira oficial de votação e decisão, e não apenas de participação.

Denilza (Kaimbé) interveio no debate para corroborar a dificuldade apontada por Akayse (Fulni-ô), sublinhando a enorme resistência cultural e o receio por parte dos anciões em fornecerem os seus dados pessoais. Defendeu que as visitas presenciais e institucionais da Secretaria às aldeias são vitais para construir laços de confiança com as comunidades.

Luiza Maria (Pankararu), moradora da comunidade do Jardim Elba, solicitou a palavra para manifestar a sua recusa categórica em submeter-se a um novo recadastramento para o recebimento das cestas básicas. Argumentou de forma direta que os documentos e dados pessoais das famílias já se encontram na posse do poder público devido a processos anteriores, afirmando não ver, portanto, qualquer necessidade ou justificativa para a exigência de um novo cadastro.

A coordenadora Maria Joseane concordou e firmou o compromisso de que a COPIND realizará visitas in loco, em conjunto com as lideranças, para identificar individualmente as famílias nas listas e auxiliar na resolução das pendências de documentação civil.

O servidor Roberto Carlos (SVMA) fez o uso da palavra para partilhar o histórico de ações e apoio da Secretaria do Verde nas demarcações da zona sul da cidade (APA Capivari-Monos). Destacou a necessidade urgente de zeladoria e manutenção das vias de acesso às novas aldeias e deixou um forte incentivo para que a sociedade civil indígena ocupe ativamente as cadeiras nos conselhos gestores regionais, visando agilizar o atendimento das suas exigências.

O conselheiro Marcio Hoenã (Terena) tomou a palavra para defender que as próprias lideranças indígenas devem assumir o protagonismo na realização de censos demográficos internos para mapear a população das suas reservas. Enfatizou importância de criar projetos geradores de autonomia financeira, citando o exemplo do turismo sustentável desenvolvido nas comunidades de Bauru, defendendo que a população indígena precisa de ultrapassar a dependência das cestas básicas. Manifestou também o seu total apoio à necessidade de alterar a legislação para abrir novas cadeiras no conselho, contemplando uma maior diversidade de etnias.

Akayse (Fulni-ô) interveio informando que a abertura de novas cadeiras exige a alteração do decreto que regulamenta o conselho. Relatou que uma minuta de alteração já havia sido redigida e entregue em mãos à gestão anterior em maio de 2025.

A conselheira Ligia Salomão (SMDHC) questionou formalmente se existia um número de protocolo oficial que comprovasse a entrega dessa minuta, ao que Akayse (Funi-ô) respondeu negativamente.

A coordenadora Maria Joseane esclareceu, do ponto de vista administrativo, que documentos que não foram submetidos a votação pelo colegiado anterior nem protocolados oficialmente perdem a sua validade. Orientou de forma clara que a atual composição de conselheiros deverá criar um Grupo de Trabalho para redigir coletivamente uma nova minuta de decreto, a qual deverá ser formalmente protocolada num processo administrativo para posterior envio ao Gabinete do Prefeito.

A assessora Fernanda Mota (SMDET), enfrentando instabilidades de conexão, utilizou o chat da plataforma para explicar que o diálogo sobre o credenciamento de indígenas no programa "Mãos e Mentes Paulistanas" (voltado para o artesanato) ocorre desde 2022. Explicou que a expansão das ações e a inclusão definitiva dependem de adequações orçamentais e de regras estabelecidas em decreto.

A coordenadora Maria Joseane complementou informando que, no imediato, a COPIND tentará mapear e utilizar as vagas já existentes no Programa Operação Trabalho (como o POT Agricultura), enquanto um programa exclusivo para os indígenas não é viabilizado.

No momento de encerramento, Akayse (Fulni-ô) solicitou que o seu acesso ao e-mail institucional do COMPISP fosse restabelecido de forma temporária, com o intuito de proceder à eliminação de dados pessoais seus e de terceiros que se encontravam na caixa de entrada. A coordenadora Maria Joseane explicou que, ao inserir dados num e-mail institucional, esses dados passam a constar no domínio do COMPISP, mas comprometeu-se a entrar em contacto e resolver a questão de forma interna e direta com a munícipe.

Nada mais havendo a tratar, a coordenadora Maria Joseane agradeceu o quórum histórico, a qualidade ímpar do debate construtivo e o engajamento dos presentes na defesa das políticas públicas indígenas. Assim, a reunião foi dada como encerrada às 15h35.

Encaminhamentos

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável
01	Realizar o levantamento e cruzamento de dados internos para identificar a situação dos indígenas em relação ao CadÚnico, visando a regularização do fornecimento de cestas básicas.	COPIND
02	Envolver a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e das unidades do CRAS no processo de atualização cadastral e aferição técnica da entrega de alimentos.	COPIND
03	Agendar visitas presenciais (in loco) aos territórios, em conjunto com as lideranças indígenas, para auxiliar na regularização da documentação e atualização do cadastro para recebimento das cestas básicas.	COPIND
04	Articular junto à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) para buscar apoio estrutural aos eventos culturais, mediante o envio prévio de projetos e portfólios (briefings) por parte da sociedade civil.	COPIND
05	Fazer mapeamento e articulação intersecretarial para a inserção imediata da população indígena nas vagas já vigentes do Programa Operação Trabalho (POT), como o POT Agricultura, de forma paliativa enquanto se estuda a viabilidade de um programa de empregabilidade exclusivo.	COPIND

06	Encaminhar oficialmente a listagem de eventos culturais pretendidos pela comunidade indígena para o ano de 2026.	Éllida
-----------	--	--------

Grecia Griselda Delgado Kama
Conselheira Titular (SMDHC)

Araju Apolinário Martim
Conselheira Titular (Etnia Guarani)

Wilma Haruko Tanaka
Conselheira Suplente (SMADS)

Marcio Hoenã Candido
Conselheira Titular (Etnia Terena)

Catherine Russo Muñoz Espinoza
Degan
Conselheira Titular (SMS)

Kilvane de Souza Santos
Conselheira Titular (Etnia Pankararu)

Vitória Santos Coelho Carvalho
Conselheira Titular (SVMA)

Éllida Nascimento da Silva
Conselheira Titular (Etnia Pankararé)